

GÊNERO, SEXUALIDADE E FORMAÇÃO EM SERVIÇO: DESLOCAMENTOS ÉTICOS E PEDAGÓGICOS NA PRÁTICA DOCENTE

GENDER, SEXUALITY, AND IN-SERVICE TRAINING: ETHICAL AND PEDAGOGICAL SHIFTS IN TEACHING PRACTICE

GÉNERO, SEXUALIDAD Y FORMACIÓN EN SERVICIO: DESPLAZAMIENTOS ÉTICOS Y PEDAGÓGICOS EN LA PRÁCTICA DOCENTE

Kelly Cristina Brantes ¹

Resumo: Este artigo apresenta um recorte de uma dissertação e tem como objetivo compreender as concepções e práticas de quatro professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre gênero e sexualidade, analisando os deslocamentos produzidos ao longo de cinco encontros formativos realizados durante a Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), em uma escola pública estadual de Diadema/SP. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e interventiva, fundamentada na perspectiva da ação-reflexão-ação e articulada aos estudos de gênero, sexualidade e formação docente crítica. As discussões evidenciaram um movimento entre o silêncio e a palavra, marcado pelo medo de abordar a temática e, simultaneamente, pelo desejo de ampliar conhecimentos e segurança para a prática docente. Os resultados indicam que a formação continuada em serviço, baseada na escuta e na reflexão coletiva, favorece deslocamentos éticos, afetivos e pedagógicos, contribuindo para práticas escolares mais inclusivas e humanizadoras.

Palavras-chave: gênero e sexualidade; formação docente; práticas pedagógicas.

Abstract: This article presents an excerpt from a dissertation and aims to understand the conceptions and practices of four elementary school teachers regarding gender and sexuality, analyzing the shifts produced throughout five training sessions held during Collective Pedagogical Work Time (ATPC) at a public state school in Diadema, São Paulo, Brazil. This is a qualitative and intervention-based study grounded in the action-reflection-action perspective and articulated with studies on gender, sexuality, and critical teacher education. The discussions revealed a movement between silence and speech, marked by fear of addressing the topic and, simultaneously, by the desire to expand knowledge and gain confidence in teaching practice. The results indicate that in-service continuing education, based on listening and collective reflection, promotes ethical, affective, and pedagogical shifts, contributing to more inclusive and humanizing school practices.

Keywords: gender and sexuality; teacher education; pedagogical practices.

Resumen: Este artículo presenta un recorte de una disertación y tiene como objetivo comprender las concepciones y prácticas de cuatro docentes de los primeros años de la Educación Primaria sobre género y sexualidad, analizando los desplazamientos producidos a lo largo de cinco encuentros formativos realizados durante el Espacio de Trabajo Pedagógico Colectivo (ATPC), en una escuela pública estatal de Diadema, São Paulo, Brasil. Se trata de una investigación cualitativa e interventiva, fundamentada en la perspectiva de acción-reflexión-acción y articulada con los estudios de género, sexualidad y formación docente crítica. Las discusiones evidenciaron un movimiento entre el silencio y la palabra, marcado por el miedo a abordar la temática y, simultáneamente, por el deseo de ampliar los conocimientos y la seguridad para la práctica docente. Los resultados indican que la formación continua en servicio, basada en la escucha y la reflexión colectiva, favorece desplazamientos éticos, afectivos y pedagógicos, contribuyendo a prácticas escolares más inclusivas y humanizadoras.

Palabras clave: género y sexualidad; formación docente; prácticas pedagógicas

¹ Universidade Nove de Julho (UNINOVE).

1 Introdução

A escola é, ao mesmo tempo, espaço de saber e de silêncio. Nela circulam discursos, valores e afetos que, muitas vezes, se chocam com os temas considerados “difíceis” ou “impróprios”, como gênero e sexualidade. Como observa louro (2013, p. 28), “a escola ensina muito mais do que conteúdos formais; ela produz e reproduz representações de masculinidades e feminilidades que se naturalizam no cotidiano.” É nesse terreno, de silêncios e repetições, que emergem as inquietações que deram origem a esta pesquisa, desenvolvida por Brantes (2015), com professoras dos anos iniciais do ensino fundamental.

Essa investigação nasce das experiências pessoais e profissionais da pesquisadora, construídas entre o esporte, à docência e a formação docente. Ao longo de sua trajetória, a pesquisadora deparou-se com situações em que o silenciamento das curiosidades infantis sobre o corpo, o gênero e a sexualidade revelavam o medo e a insegurança de muitos educadores diante do tema.

A investigação foi realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e teve como objetivo compreender as concepções e práticas de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental sobre gênero e sexualidade, analisando os deslocamentos éticos e pedagógicos que emergem de um processo formativo em serviço. O campo empírico constituiu-se em uma escola estadual localizada no município de Diadema (SP), onde quatro professoras participaram de cinco encontros formativos realizados no contexto da Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) espaço institucional destinado à formação continuada em serviço e à reflexão coletiva sobre a prática docente.

O percurso metodológico da pesquisa foi construído a partir de uma abordagem qualitativa e de caráter interventivo, sustentada no princípio freireano da ação-reflexão-ação (FREIRE, 2001). A metodologia adotada compreendeu diferentes momentos articulados entre si:

1. Sondagem diagnóstica inicial, com a aplicação de questionário misto (aberto e fechado), que buscou identificar as concepções prévias das professoras sobre gênero e sexualidade;
2. Planejamento e desenvolvimento dos cinco encontros formativos, com duração média de 60 minutos cada, nos quais foram trabalhados temas como corpo, família, diversidade sexual, práticas pedagógicas e o papel da escola na desconstrução de estereótipos;
3. Leitura e discussão de textos teóricos (LOURO, 2013; BUTLER, 2003; FURLANI, 2011; FREIRE, 2001), com o intuito de fomentar a reflexão crítica sobre as práticas cotidianas;
4. Registro e gravação das falas das participantes, transcritas integralmente e analisadas à luz do referencial teórico;
5. Elaboração de diários reflexivos, nos quais a pesquisadora registrou

observações, reações, sentimentos e aprendizagens durante o processo.

Essas etapas foram concebidas de modo dialógico e participativo, reafirmando que a formação docente é também um espaço de construção coletiva do conhecimento. Como propõe Nóvoa (1991), a formação se faz na e pela prática, no confronto com a experiência e na partilha com os pares. Nesse sentido, os encontros da ATPC deixaram de ser apenas um espaço administrativo ou burocrático e transformaram-se em um lugar de escuta, de elaboração de sentidos e de reconstrução do olhar docente sobre o gênero e a sexualidade no cotidiano escolar.

A relevância social da pesquisa reside na urgência de se discutir gênero e sexualidade na escola pública como dimensões da formação humana e da cidadania. Num contexto social em que as violências simbólicas e discursivas persistem e as pautas de diversidade são frequentemente atacadas, compreender o papel da escola e das educadoras na produção de discursos inclusivos é um gesto político e ético. Como afirma Freire (2001), a educação é sempre um ato político — e calar-se diante da desigualdade é também uma forma de escolha.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui ao demonstrar que a formação continuada em serviço, quando pautada na escuta e na reflexão coletiva, é capaz de gerar deslocamentos conceituais e afetivos nas práticas pedagógicas. Ao articular teoria e empiria, a pesquisa evidencia a potência da ATPC como campo de formação crítica.

A pesquisa também carrega uma dimensão pessoal e autobiográfica, pois nasce das próprias inquietações da pesquisadora enquanto mulher, educadora e formadora. As experiências vividas na escola onde o medo e o constrangimento diante das perguntas infantis sobre o corpo, o amor e a diferença se tornavam recorrentes despertaram a necessidade de compreender os silêncios e interdições presentes nas práticas educativas. Essa motivação pessoal se entrelaça à busca acadêmica, configurando um percurso de formação de si (JOSSO, 2004) e reafirmando o compromisso ético com uma educação que reconhece o outro em sua pluralidade.

Portanto, o percurso metodológico da dissertação não se limita a uma escolha técnica, mas expressa uma postura epistemológica comprometida com a transformação da prática docente e com o diálogo entre saber e sensibilidade. O presente artigo, ao retomar o Capítulo 3 do estudo, propõe-se a analisar as falas das professoras em um dos encontros formativos, interpretando-as como narrativas formativas que revelam as tensões, resistências e aprendizagens que emergem quando a escola se abre para discutir o humano em sua complexidade.

2 Fundamentos teóricos e dialogicidade na formação docente

Refletir sobre gênero e sexualidade na escola é reconhecer que essas dimensões da vida humana são construções históricas, culturais e políticas, e não expressões de uma essência natural. A compreensão de que o gênero é aprendido, repetido e institucionalizado nas práticas cotidianas da escola desafia o mito da neutralidade docente e convoca os educadores a uma

escuta mais sensível e crítica sobre o que se ensina, se cala e se naturaliza no espaço escolar.

Como destaca louro (2013, p. 28), “a escola ensina muito mais do que conteúdos formais; ela produz e reproduz representações de masculinidades e feminilidades que se naturalizam no cotidiano”. Essa afirmação revela o poder educativo dos gestos, das palavras e dos silêncios que compõem a cultura escolar. Nas interações diárias, a escola reforça normas de comportamento e de afetividade que definem o que é “ser menino” e “ser menina”, o que é aceitável ou condenável. Esse processo de normalização das identidades sexuais e de gênero, como observa Butler (2003), é sustentado por discursos hegemônicos que repetem e reafirmam a heteronormatividade, criando fronteiras simbólicas entre o que é considerado legítimo e o que é visto como desvio.

A dissertação de Brantes (2015) revela como essas normas se manifestam nas falas e práticas das professoras dos anos iniciais do ensino fundamental. Em uma das discussões registradas durante os encontros formativos, uma das participantes afirma: “A gente fala que é para respeitar as diferenças, mas, na hora, acaba corrigindo o menino que quer brincar de boneca ou a menina que quer jogar bola” (Professora Ana, BRANTES, 2015, p. 41). Essa fala evidencia o conflito entre o discurso de inclusão e as práticas cotidianas atravessadas por padrões tradicionais de gênero.

Ao problematizar essas contradições, o estudo de Brantes (2015) reforça o entendimento de que o trabalho pedagógico sobre gênero e sexualidade não se restringe à transmissão de informações, mas envolve um processo de reflexão ética e afetiva, que desafia as professoras a revisitarem suas próprias crenças e experiências. Essa postura formativa aproxima-se da pedagogia freireana, para a qual a educação é um ato de escuta, diálogo e libertação. Freire (2001, p. 35) ensina que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho: os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

É nesse princípio da ação-reflexão-ação que se fundamentou a metodologia da pesquisa, promovendo encontros em que as professoras puderam partilhar suas dúvidas, temores e descobertas.

Os encontros realizados na Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) foram concebidos como espaço de diálogo, não de transmissão. Ao longo dos cinco encontros formativos, os temas emergiam da própria fala das participantes (corpo, família, diversidade sexual, preconceito, religiosidade) e eram tensionados à luz de autores como Louro (2013), Butler (2003) e Furlani (2011). A pesquisadora registrou em seus diários de bordo que “as professoras se mostraram resistentes a tocar no assunto, no início, mas, à medida que as discussões avançavam, tornavam-se mais participativas e seguras para expressar suas opiniões” (BRANTES, 2015, p. 53). Essa mudança ilustra o potencial transformador da formação continuada quando pautada na escuta e na partilha.

A formação docente, nessa perspectiva, não é um processo meramente técnico, mas uma prática social e política. Giroux (1988) ressalta que o professor é um intelectual transformador, cuja função é interrogar as relações de poder e os mecanismos de dominação que atravessam o cotidiano escolar. Do mesmo modo, Nóvoa (1991) compreende a formação como um processo de construção da identidade profissional, que se dá “na e pela prática”, a

partir do confronto entre a experiência individual e o coletivo docente. Assim, ao propiciar momentos de diálogo e reflexão entre pares, a formação em serviço torna-se espaço de autoria e reconstrução do ser professora.

Em consonância com essa concepção, as discussões registradas por Brantes (2015) revelam que a escuta e o reconhecimento do outro são elementos centrais da formação emancipatória. Uma das professoras sintetiza essa experiência ao dizer: “A gente aprende ouvindo as outras, porque muitas vezes a gente sente o mesmo, mas não tem coragem de falar” (Professora Cássia, BRANTES, 2015, p. 36). Esse movimento entre o silêncio e a palavra, entre o medo e a coragem, simboliza o deslocamento ético e afetivo que a formação possibilitou. A fala deixa de ser apenas discurso e torna-se prática de emancipação.

O diálogo com Furlani (2011) reforça que discutir gênero e sexualidade na escola é reconhecer que o corpo e o desejo fazem parte do processo educativo. A autora propõe uma educação sexual emancipatória, fundada na valorização da diversidade e na desconstrução de estereótipos. Essa proposta dialoga diretamente com as inquietações das professoras que participaram da pesquisa, as quais expressaram o desejo de abordar o tema com mais segurança e naturalidade. “Antes eu achava que falar disso era perigoso, agora entendo que o perigo é deixar o preconceito continuar”, afirmou uma delas (Professora Carla, BRANTES, 2015, p. 44).

3 Vozes docentes: o que a formação nos ensina sobre gênero e sexualidade

As reflexões críticas (reflexivas) sobre gênero e sexualidade no espaço escolar proporcionadas nos encontros formativos caminham de encontro com o que Britzman (1999, p.85) aponta

[...] o que acontece com a sexualidade quando professoras e professores que trabalham no currículo da escola começam a discutir seus significados? Será que a sexualidade muda a maneira como a professora e o professor devem ensinar? Ou será que a sexualidade deveria ensinada exatamente da mesma forma que qualquer outra matéria? Quando professores pensam sobre sexualidade, o que eles pensam? Que tipo de conhecimento poderia ser útil para seu pensamento? Existe uma posição particular que se deveria assumir quando se trabalha com o conhecimento da sexualidade? Quais são as relações entre nosso conteúdo pedagógico e as interações que temos com os alunos e alunas? [...]

Ou seja, os procedimentos adotados nos encontros formativos permitiram que num processo de reflexão-ação-reflexão, as concepções e práticas das professoras participantes acerca das questões de gênero e sexualidade foram ressignificadas.

Louro (2013) lembra que a escola, mais do que ensinar conteúdos, produz e naturaliza representações de masculinidades e feminilidades, definindo o que pode e o que não pode ser dito. Assim, ao mesmo tempo em que educa, a escola também silencia. Nesse contexto, discutir gênero e sexualidade é romper com uma tradição histórica de interdição. Butler (2000, p. 152) reforça que o gênero “não é um dado fixo, mas um ato performativo reiterado”, o que significa

que as práticas pedagógicas também produzem e reproduzem identidades.

Em um dos primeiros encontros formativos a pesquisadora registrou o seguinte relato:

Professora Cássia² : Ah, tem um caso que eu acho engraçado, não sei se é intencional ou da própria criança, se nós que vemos ou se é porque a criança está crescendo. Tenho um aluno, o R., ele era delicado, lindo, bonito, loirinho, perfeitinho. Agora ele está ficando mais “exagerado”, no sentido da delicadeza, será que é influência da mídia? Ou é dele mesmo?” (BRANTES, 2015, p.37)

A fala da professora Cássia revela como a escola atua como um espaço de vigilância e regulação das expressões de gênero, especialmente no que diz respeito aos meninos que demonstram traços considerados "delicados". Ao afirmar que o aluno "era delicado, lindo, bonito, loirinho, perfeitinho" e, em seguida, questionar se o comportamento "exagerado" seria "influência da mídia ou é dele mesmo", a professora reproduz uma lógica que busca controlar e normatizar o que é aceitável dentro do que se entende como masculinidade. Como aponta Guacira Lopes Louro (2001, p. 28), "a escola opera como um espaço de regulação das identidades sexuais, promovendo algumas expressões e silenciando outras", especialmente quando essas identidades rompem com os padrões heteronormativos. Essa tentativa de localizar uma causa externa (como a mídia) para a expressão de uma sensibilidade vista como excessiva sugere que tal comportamento não seria legítimo se oriundo da própria criança. Judith Butler (2003, p. 54) reforça essa ideia ao afirmar que "o gênero é sempre um fazer", ou seja, uma performance socialmente construída e regulada, que se constitui por meio da repetição de normas culturais. Assim, o incômodo da professora diante da delicadeza do aluno reflete não apenas uma percepção individual, mas sim uma estrutura social que define e limita o que meninos podem ou não ser, reforçando a ideia de que há maneiras "certas" de ser homem.

No primeiro encontro formativo a metodologia utilizada foi analisar e refletir sobre dois relatos de caso envolvendo questões de gênero e sexualidade conforme descrito a seguir:

Relato de caso 01	Relato de caso 02
Em uma escola de anos iniciais em Campo Grande/MS, alunos costumavam gozar de um colega que gostava de brincar de boneca... e nesse caso, a professora intervinha para que não houvesse ofensas e brigas. (XAVIER FILHA, 2012, p.104)	Uma professora de Educação Física, durante uma aula com uma turma de 2ºano, presenciou um grupo de alunas dando risadas e escondendo “algo”, a professora verificou que uma das alunas trouxera um preservativo e as crianças estavam curiosas. A professora então, retirou o preservativo, repreendeu-a e convocou os pais da criança. ³

Fonte: adaptado de Brantes (2015, p.65)

Com relação às reflexões do relato de caso 01, as professoras foram unânimes em afirmar que “explicariam de forma sutil” (BRANTES, p.65) que ambos os gêneros brincam de

² Nome fictício.

³ Caso verídico vivenciado pela pesquisadora enquanto atuava como professora da rede pública estadual em 2010.

boneca, bola ou carrinho.

Essa “sutileza” e não aprofundamento da questão, sem problematizar nos leva a inferir que havia um certo temor em discutir com as crianças questões envolvendo gênero.

Desse modo, observa-se que, embora a professora intervenha para evitar ofensas a um aluno que brincava de boneca, o tratamento do episódio permanece superficial e não confronta as estruturas de gênero que sustentam a discriminação. A decisão de “explicar de forma sutil” que ambos os gêneros podem brincar com diferentes brinquedos (BRANTES, 2015, p. 65) aponta para uma resistência em enfrentar diretamente os estigmas que associam certos brinquedos a papéis de gênero fixos. Essa postura reflete o que Guacira Lopes Louro (1997, p. 20) afirma ao dizer que “a escola tende a reforçar papéis tradicionais de gênero ao invés de questioná-los, mesmo quando tenta adotar uma postura mais ‘aberta’”. A escolha pela “sutileza” pode ser lida como um mecanismo de contenção, no qual o medo de abordar a diversidade de forma crítica leva à manutenção das normas hegemônicas. Butler (2003) complementa essa ideia ao afirmar que “as normas de gênero não apenas regulam a aparência e o comportamento, mas definem quem pode ser considerado inteligível como sujeito” (p. 55), ou seja, ao não problematizar as gozações, a escola colabora com a marginalização de expressões de gênero dissidentes.

Já com o relato de caso 02 as professoras ao serem indagadas como reagiriam afirmaram:

Professora Maria: Eu retirava o preservativo, guardava e encaminhava o caso para a coordenação para não levantar polêmica. Eu não iria ficar me estressando com isso, eu não repreenderia e nem convocaria os pais, acho que esse é um caso para a coordenadora resolver.

Professora Cássia: Eu quebraria o assunto para não despertar curiosidade, e encaminharia para a coordenação.

Professora Ana: Eu já comentaria com a criança, porque ela sabe muita coisa, então, se a gente repreende, até traumatizaria quando for a hora de ela usar o preservativo. Eu falaria, explicaria para que serve, quando deve ser usado, explicaria direitinho... (BRANTES, p. 65)

No **relato de caso 02**, as diferentes respostas das professoras diante da curiosidade infantil sobre o preservativo revelam o embate entre o silenciamento da sexualidade e a possibilidade de uma abordagem educativa e não repressora. A maioria das professoras opta por “quebrar o assunto”, “encaminhar para a coordenação” ou “não levantar polêmica” (BRANTES, 2015, p. 65), o que demonstra um esforço institucional em manter a sexualidade infantil como um tema interditado. Foucault (1988, p. 34) já alertava que “o silêncio, mais do que a proibição explícita, é o mecanismo mais eficaz de controle dos discursos sobre o sexo”. Por outro lado, a postura da professora Ana, que propõe conversar e explicar sobre o uso do preservativo, rompe com essa lógica e aponta para uma educação sexual mais crítica e acolhedora. Segundo Adriana Vianna e Flávia Teixeira (2012), uma abordagem sensível deve “reconhecer as crianças como sujeitos capazes de lidar com saberes sobre o corpo e a

sexualidade, e não como seres a serem protegidos de forma infantilizada” (p. 18). A recusa de Ana em reforçar o tabu da sexualidade infantil, tratando o assunto com naturalidade, demonstra um caminho possível para uma escola mais aberta à escuta, ao diálogo e à formação de sujeitos conscientes e informados.

4 Considerações finais

O presente artigo apresentou um recorte de um dos encontros formativos desenvolvidos no âmbito da dissertação *Gênero e sexualidade: concepções e práticas pedagógicas de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental* (BRANTES, 2015). Esse encontro, realizado no contexto da Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), configurou-se como um espaço privilegiado de escuta e diálogo, no qual as professoras puderam refletir criticamente sobre suas concepções e práticas relacionadas a gênero e sexualidade.

A análise das narrativas docentes revelou que, mesmo em meio a resistências e silêncios, a formação em serviço possibilita deslocamentos éticos, afetivos e pedagógicos que ressignificam a prática educativa. O enfrentamento dos medos e das inseguranças diante do tema, acompanhado pela reflexão coletiva e pela mediação teórica, constituiu um processo de conscientização e transformação pessoal e profissional.

Com base no princípio freireano da ação-reflexão-ação (FREIRE, 2001), compreende-se que a formação crítica emerge do diálogo e da experiência compartilhada. Nesse recorte, foi possível observar que as participantes começaram a deslocar-se de uma postura de contenção e censura para uma abertura ao diálogo com as crianças, reconhecendo a importância de tratar o corpo, o afeto e o desejo como dimensões legítimas da educação.

Ao retomarem suas práticas à luz das teorias de gênero (LOURO, 2013; BUTLER, 2003; FURLANI, 2011), as professoras puderam perceber que educar para a diversidade é também educar para o humano, rompendo com a lógica da normalização e abrindo espaço para novas formas de convivência e de reconhecimento da diferença. Esse processo formativo mostrou que a sensibilização precede a transformação: é pela escuta, pela partilha e pela dúvida que se constroem saberes emancipatórios.

Portanto, este artigo evidencia que o recorte do encontro formativo analisado expressa o potencial transformador das práticas de formação docente quando pautadas na dialogicidade e na escuta. Mais do que uma experiência pontual, o encontro simboliza a possibilidade de construir uma escola que acolhe, problematiza e aprende com as diferenças.

Conclui-se que o trabalho com gênero e sexualidade no espaço escolar exige uma postura ética e política comprometida com os direitos humanos e com a valorização da pluralidade. Os deslocamentos observados nas falas das professoras confirmam que o diálogo é o caminho para a construção de uma pedagogia sensível e libertadora, capaz de reconhecer que falar sobre o corpo, o afeto e o desejo é também falar sobre a formação humana em sua integralidade.

Referências

BRANTES, Kelly Cristina. **Gênero e sexualidade: concepções e práticas pedagógicas de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.

BRITZMAN, Deborah. Is there a queer pedagogy? Or, stop reading straight. In: BRITZMAN, D. **Lost subjects, contested objects: toward a psychoanalytic inquiry of learning**. Albany: SUNY Press, 1999.

BUTLER, Judith. **Desfazendo o gênero**. Tradução de Renata Moraes e Patrícia Vieira. Rio de Janeiro: Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual: possibilidades didáticas**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GIROUX, Henry A. **Professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

VIANNA, Adriana; TEIXEIRA, Flávia. Infância e sexualidade: a difícil conjugação entre direitos e proteções. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 16–29, 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/12678>. Acesso em: 16 out. 2025.

XAVIER FILHA, Constantina. Entre explosões e cortes na barriga: as curiosidades de Rafael. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 101–114, jan./mar. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012000100008>.

Recebido em 25 de abril de 2026
Publicado em: agosto de 2026